

EM INVESTIGAÇÃO

Desembargador Orlando Perri apura denúncias de tortura na Penitenciária Central do Estado (PCE)

PG.10

Reprodução/ Instagram



INOVALLY X TCE

Inovally e consórcio registram ata de R\$ 42 milhões e licença no valor de R\$ 600 mil; transação levanta suspeita

Da redação

Após pesquisa de preços sobre softwares comercializados em todo o mundo, a reportagem constatou que o software oferecido pela empresa Inovally está entre os mais caros do planeta. O Brasil Notícia e MTPOPULAR1

investigam suposto esquema envolvendo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Inovally. Coincidência ou não, um item de uma ata registrada em 2015 pelo TCE-MT tem como objeto 14 licenças de propriedade da empresa.

PG.11

“PENDURICALHOS”

Chefe do MPMS recebe R\$ 4,7 mil em diárias para defender supersalários em Brasília

PG.08



VAI EXPLODIR!

A Michelle Bolsonaro reagiu à delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, afirmando que ele possui “distúrbios mentais”. A ex-primeira-dama também se mostrou “tranquila” sobre as acusações de que teria incentivado o ex-presidente a aderir à tentativa de golpe, ironizando a situação ao perguntar: “olha para a minha cara”.

A A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se manifestou nesta sexta-feira (21. fev.2025) sobre a delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de seu marido, Jair Bolsonaro. Cid, que colaborou com as investigações sobre a tentativa de golpe, afirmou que Michelle teria incentivado o ex-presidente a aderir à intentona golpista. Em resposta, Michelle minimizou as acusações, dizendo que Cid tem “distúrbios mentais” e se mostrou tranquila quanto à denúncia. Ela ironizou a situação, perguntando aos jornalistas: “olha para a minha cara”, sugerindo que a acusação não tinha fundamento. O caso ganhou repercussão após a divulgação de vídeos da delação de Cid, o que aumentou a tensão política em torno das investigações sobre o golpe de 2022. Michelle, que se mantém firme em sua defesa, tenta desacreditar as declarações do ex-ajudante de ordens. A situação segue em desenvolvimento, enquanto as investigações prosseguem.

QUALIDADE NO ENSINO

Novas creches públicas garantem qualidade de ensino e segurança alimentar a crianças do DF

Os últimos anos foram um marco para milhares de famílias de baixa renda que moram no Distrito Federal e precisam sair para trabalhar ou cuidar dos afazeres de casa tendo a certeza que os filhos pequenos estão em um lugar seguro – onde é fornecido desenvolvimento pedagógico e são servidas cinco refeições por dia às crianças, garantindo segurança alimentar. Tudo isso graças aos centros de educação da primeira infância (Cepis) do DF, que promovem a inclusão social por meio da igualdade de acesso às oportunidades educacionais.

Com investimento de mais de R\$ 34 milhões do Governo do Distrito Federal (GDF), foram 13 Cepis inaugurados entre 2019 e 2024, além de diversas reformas nas unidades existentes e novos Cepis com obras concluídas com previsão de inauguração para este ano. Conforme a Secretaria de Educação (SEEDF), atualmente há 63 Cepis ativos e aproximadamente 14 mil novas matrículas registradas em 2025 para serem encaminhadas à educação infantil. Para o início do ano letivo 2025, está prevista a oferta de aproximadamente 12 mil vagas, o que corresponde à capacidade atual das creches públicas.

GDF já investiu mais de R\$ 34 milhões na inauguração de novos centros de educação da primeira infância (Cepis); ensino gratuito de qualidade em tempo integral dá a milhares de pais e mães a tranquilidade para trabalhar enquanto os filhos se desenvolvem

Reprodução



Desde a inauguração dos Cepis e outras estruturas públicas de atendimento à primeira infância, como as primeira creches rurais do DF inauguradas pelo GDF em 2023, a lista de espera pelas vagas na rede pública de educação infantil reduziu de 24 mil para 2,5 mil crianças – que serão encaminhadas assim que forem concluídas as ampliações da rede.

Entre as famílias impactadas pelos novos espaços, está a da atendente de telemarketing Larissa Lorryne Marques, 24, mãe do pequeno Kauã Gabriel, de 4 anos. Ele é considerado um xodó no Cepi de Samambaia, onde entrou em 2021 com 9 meses de idade. A mãe conta como foi importante a passagem do filho pelo espaço pedagógico – especialmente no período final da pandemia, com o Cepi sendo um centro de oportuni-

dades para desenvolver o lado social na interação com outras crianças e professores. “Ter um lugar para deixá-lo foi uma mão na roda, porque ele entrava às 6h45 e ficava até o final do dia, então dava tempo de a gente trabalhar, se dedicar aos afazeres da casa e às demais responsabilidades com ele aqui”, comenta Larissa. Agora o pequeno irá para outra unidade pública de educação que cuida de crianças maiores. Larissa acrescenta que

Kauã teve um desenvolvimento rápido sob os cuidados da creche, um ambiente que vai deixar saudade. “Ele praticamente aprendeu a andar aqui e já chegou em casa mexendo em tudo, foi muito boa essa experiência. Também colocavam atividades para fazermos em casa, então juntava a família e a escola. A vida toda dele foi nessa creche, ele teve uma experiência ótima com os professores, monitores, e todo mundo sem.

EXPEDIENTE

BRASILNOTÍCIA

Antonio Oliveira
DRT, MT 1399/MT
EDITOR GERAL
61 98106-8070

CRISTINA CAMPOS MORAES
DIRETORA

MAX GSM NETWORK
SERVIÇOS EM PORTAIS
E INFORMAÇÃO NA
INTERNET LTDA

ENDEREÇO: Quadra Crs 502 - bloco C, 37, loja 37 Anexo 687 | Bairro: Asa Sul | Brasília- DF | brnredacao@gmail.com

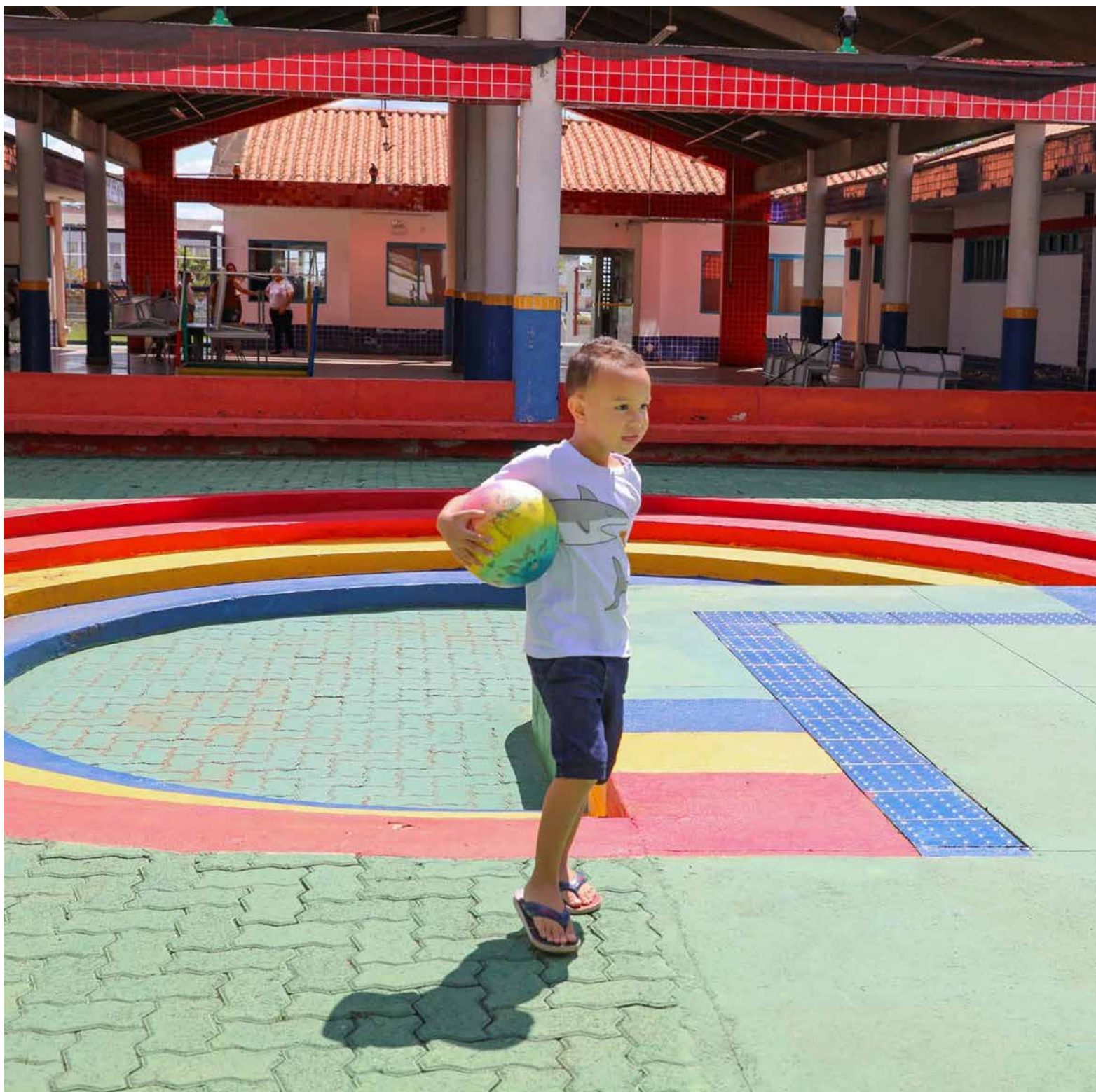
Cuidado especial

Além da creche pública acolher as crianças em tempo integral, uma atenção especial é direcionada às famílias e, à saúde das crianças. É o que relata a auxiliar de cozinha Jussara Sousa da Gama, 35, ao falar do filho de 2 anos, Gael Arquiles.

O pequeno frequenta o Cepi de Samambaia há mais de um ano, e foi na unidade escolar que a mãe pôde ser alertada sobre restrições alimentares de Gael.

“A creche descobriu rápido que ele tinha alergia à proteína do leite de vaca, que é pior que a intolerância à lactose. Entraram em contato comigo, me auxiliaram e adaptaram o cardápio aqui, tudo direitinho. Quando a gente precisa, a diretora e as meninas da secretaria dão um bom retorno, até chamam no WhatsApp. A creche acolheu meu filho muito bem, sempre foi bem tratado”, detalha.

Jussara conta que teve facilidade para matricular Gael, além de ter sido um processo rápido num momento que ela precisava do apoio: “Facilitou muito para mim e outras mães. Eu vou trabalhar às 6h30 e volto às 16h, então seria bem complicado ter que pagar alguém ou sair do emprego para cuidar dele. Então, por ser gratuito, é uma renda extra em casa, porque graças a Deus não preciso trazer nada para a creche, o Gael vai só com a roupa que está vestindo. E sei que aqui ele é bem-cuidado”.



Investimento na base

Em 2019 foram inaugurados dois Cepis em Samambaia (Azulão e Bambu). Em 2020, mais dois na região (Bem-te-vi e Periquito), além de um Cepi no Lago Norte (Cajuzinho) e outro em Ceilândia (Papagaio). Em 2021 foi a vez da comunidade do Pôr do Sol receber o Cepi Jandaia.

Em 2023, foram cinco estruturas construídas para cuidar dos pequenos: os Cepis Sarah Kubistchek (Sol Nascente), Orquídea do Cerrado (Ceilândia), Tucano (Planaltina) e também as primeiras creches públicas rurais da história do DF – a Creche Núcleo Rural Pipiripau, em Planaltina, e a Creche Núcleo Rural Jardim II, no Paranoá. Já em 2024, veio a inauguração do Cepi Rosa do Campo, em Santa Maria.

As unidades contam com salas de atividades para a educação infantil, sala multiúso, direção, secretaria, sala de professores, solários, fraldários, lactário, sala de amamentação, refeitório, pátio não coberto para a instalação de brinquedos infantis, sanitários para alunos e sanitários para professores/comunidade, sanitários para pessoas com deficiência (PcDs), playground, cozinha, despensa, rouparia, lavanderia, vestiários e copa para os funcionários. Todos os Cepis foram construídos utilizando o projeto padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com variações nas versões aplicadas. Os Cepis Papagaio, Cajuzinho e Bem-te-vi seguem a primeira versão do projeto, enquanto as unidades Jandaia, Tucano e Rosa do Campo seguem a versão mais recente, com ajustes na estrutura para melhor atender às necessidades das crianças.

ENTENDA

Distrito Federal e mais 11 estados são atingidos pela terceira onda de calor do ano

Com as altas temperaturas, é necessário manter a hidratação, alimentação balanceada e cuidados ao se expor ao sol, para preservar a saúde

Da redação

Uma nova onda de calor chega ao Distrito Federal, e, com a sensação térmica elevada e a intensa exposição ao sol, é necessário atenção redobrada para manter a saúde e evitar sintomas comuns nesse período, como cansaço e dores de cabeça. Esta é a terceira vez que as temperaturas altas atingem o território brasileiro desde o começo do ano. A previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) é que as temperaturas sigam intensas até o fim da semana em áreas do Sul, Sudeste e Nordeste, com máximas que podem ficar mais de 5°C superiores à média climatológica para o período. A Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (Sudec), vinculada à Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), segue as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e monitora continuamente as condições climáticas do DF aferidas pelo Inmet. Quando observados índices inferiores a 30% persistentes por dois dias consecutivos, a pasta emite alertas à comunidade. Os alertas são enviados por SMS, destacando a importância dos cuidados necessários neste período. Para recebê-los, é preciso fazer um cadastro prévio, enviando o CEP para o número 40199.

O gerente da Defesa Civil, capitão Mauro Coimbra, reforça: “Os alertas têm por objetivo a proteção da população e a informação sobre os riscos mais altos nesse período de calor. Usamos a prevenção para mitigar as consequências que as temperaturas mais elevadas podem trazer”.

Entre as principais orientações da Defesa Civil estão manter a atenção com a hidratação de recém-nascidos, crianças, idosos e doentes; evitar a exposição direta ao sol nos horários de maior calor; usar roupas leves e arejadas e também utilizar umidificadores de ar ou toalhas molhadas. Com as altas temperaturas, também é inadequado deixar crianças

ou animais no interior de veículos estacionados. Em situações de risco, a população deve acionar o Corpo de Bombeiros (CBMDF) pelo telefone 193.

Cuidados com a saúde

A chefe do serviço de Nefrologia do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), Núbia Moreira, afirma que durante o calor a

perda de água pelo organismo é maior, aumentando a chance de desidratação: “As consequências são maiores chances de dor de cabeça, fraqueza, tontura, cansaço, câibras e ressecamento da boca e pele, além da possibilidade de sintomas mais graves, como a queda brusca da pressão arterial, confusão mental, coma e até morte. A desidratação é mais comum em pacientes pediátricos e idosos, por isso é importante manter atenção redobrada com essa faixa etária”.

Confira, a seguir, quatro dicas importantes com os principais cuidados que a população deve ter nesse período mais quente, de acordo com a especialista da área de saúde.

Hidratação

Manter-se hidratado é essencial, sendo indicado tomar muita água durante o dia, mesmo sem sentir sede. Cada pessoa deve ingerir uma média de 35ml por quilograma de peso diariamente; em dias quentes, esse valor pode extrapolar essa quantidade. Para uma pessoa de 60 kg, seriam 2,1 litros de água por dia.

Reprodução



As exceções ficam para pacientes com restrição da ingestão hídrica (com deficiência da função renal que não conseguem eliminar líquido adequadamente pela urina) ou aqueles com insuficiência cardíaca, que também podem apresentar dificuldades – como inchaço e cansaço, a depender da quantidade de líquido ingerida.

Também é primordial ter atenção ao consumo excessivo de álcool, visto que bebidas alcoólicas causam desidratação por ser uma substância diurética que aumenta o fluxo urinário. Logo, é importante que a pessoa que decida consumir álcool também opte por beber água constantemente.

SAÚDE

Vacinação contra dengue mantém público-alvo no DF

Crianças e adolescente de 10 a 14 anos são prioridade para a campanha de imunização

Da redação

A Secretaria de Saúde (SES-DF) mantém crianças e adolescentes de 10 a 14 anos como público exclusivo para a campanha de vacinação contra a dengue.

O DF não se encaixa na recomendação do Ministério da Saúde, que sugere a abertura para outras faixas etárias apenas caso existam lotes de imunizantes próximos ao

vencimento. Não é o cenário do Distrito Federal.

Hoje, o estoque Rede de Frio Central e as mais de cem unidades básicas de saúde (UBSs) e da SES-DF que aplicam a vacina contra a dengue contam com um estoque de mais de 20 mil doses. A data de vencimento dos lotes é dezembro, portanto não há risco de perda de doses no momento.

Mais de 115 mil doses já foram aplicadas pela Secretaria de Saúde em todo o DF. A cobertura vacinal atingida, contudo, está abaixo do recomendado. Entre as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, cerca de 46% receberam uma dose da vacina e apenas 18,9% completaram o esquema vacinal de duas doses. A meta é atingir coberturas de 90%.

Reprodução



Justiça determina que médico condenado por matar advogada no trânsito retorne à prisão em 48 Horas

Da redação

O médico João Pedro da Silva Miranda Jorge tem até 48 horas para se apresentar a uma unidade prisional em regime semiaberto e cumprir o restante de sua pena de quatro anos e 21 dias. A decisão foi proferida pelo juiz Albino Coimbra Neto,

titular da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, após a defesa do condenado solicitar a prorrogação do prazo para o cumprimento da pena. No entanto, o magistrado negou o pedido e determinou que João Pedro retorne à prisão.

PG.06*Reprodução*

Militares de MS são denunciados por integrar Organização Criminosa com Bolsonaro

Da redação*Reprodução***PG.07**

VAI EXPLODIR!



Denúncias que chegaram à filial do Brasil Notícia em Campo Grande apontam para o envolvimento de empresas laranjas no processo de faturamento da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. De acordo com informações obtidas pela nossa equipe, essas empresas estariam operando de maneira ilegal, com contratos em nome de “laranjas”, o que levanta suspeitas sobre irregularidades financeiras.

A equipe de jornalistas do Brasil Notícia está investigando a fundo as alegações, para apurar a veracidade dos fatos e trazer a público a real extensão dessa possível fraude.

A redação do Brasil Notícia, em Campo Grande, recebeu denúncias graves envolvendo a gestão passada da prefeita apontando pagamentos suspeitos que totalizam quase um milhão de reais para uma empresa que está sendo investigada pela nossa equipe de jornalismo. Segundo as informações que chegaram à filial do Brasil Notícia, a empresa em questão estaria envolvida em práticas obscuras, e há um forte indício de que os pagamentos são parte de um esquema de “fundo de quintal”. A equipe está apurando a veracidade dessas acusações e promete aprofundar as investigações.

EXPEDIENTE

BRASILNOTÍCIA**MATO GROSSO DO SUL**Diretora Executiva do MS
Lucineia de Jesus TelesMAX GSM NETWORK
SERVIÇOS EM PORTAIS
E INFORMAÇÃO NA
INTERNET LTDA

DECISÃO

Justiça determina que médico condenado por matar advogada no trânsito retorne à prisão em 48 Horas

A decisão foi proferida pelo juiz Albino Coimbra Neto, titular da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, após a defesa do condenado solicitar a prorrogação do prazo para o cumprimento da pena

Da redação

O médico João Pedro da Silva Miranda Jorge tem até 48 horas para se apresentar a uma unidade prisional em regime semiaberto e cumprir o restante de sua pena de quatro anos e 21 dias. A decisão foi proferida pelo juiz Albino Coimbra Neto, titular da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, após a defesa do condenado solicitar a prorrogação do prazo para o cumprimento da pena. No entanto, o magistrado negou o pedido e determinou que João Pedro retorne à prisão.

Até o momento, o médico cumpriu apenas cinco meses e nove dias da sentença, o que corresponde a 10% da pena, de acordo com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado. Caso o médico não cumpra o prazo estipulado para se apresentar, será expedido um mandado de prisão. O juiz estabeleceu ainda que ele deverá realizar trabalho interno na unidade prisional durante o dia, e, caso não haja vagas, poderá cumprir a determinação externamente, em locais conveniados com a Agência Estadual

de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) ou o Conselho da Comunidade, desde que apresente bom comportamento carcerário. A decisão de negar a progressão de regime se baseou no fato de que João Pedro cumpriu menos do que o mínimo exigido pela lei. Para a progressão de regime, é necessário que o condenado tenha cumprido ao menos 16% da pena, conforme o artigo 112, I, da Lei de Execução Penal.

Histórico de Crimes no Trânsito
João Pedro da Silva Miranda Jorge tem um histórico de crimes no trânsito. Em 2017, o médico foi responsável por um acidente fatal que tirou a vida da advogada Carolina Albuquerque Machado, de 24 anos, na véspera do Dia de Finados. Inicialmente condenado a uma pena de dois anos e oito meses, a sentença foi revista pelo Tribunal de Justiça e aumentada para quatro anos, com a obrigação de pagar R\$ 50 mil em indenização para a família da vítima.



Reprodução

Em 2023, João Pedro se envolveu em outro acidente de trânsito, desta vez a menos de 100 metros do local do acidente fatal com Carolina. Ao colidir com outro veículo, ele causou lesões em uma mulher de 28 anos, que precisou ser hospitalizada, mas recebeu alta horas depois. A vítima, segundo o Ministério Público, ficou impossibilitada de andar por pelo menos 90 dias devido aos danos no quadril. Apesar da prisão em junho de 2023, o médico foi liber-

tado em julho, pouco mais de um mês depois. Além das penas relacionadas aos crimes de trânsito, João Pedro foi condenado a dois meses de reclusão em regime semiaberto e ao pagamento de 12 dias-multa, além da suspensão do direito de dirigir por dois anos e meio. A determinação judicial é mais um capítulo de uma sequência de processos que envolvem o médico, que segue sendo monitorado pelas autoridades.

AGRESSÃO

Mulher que causou perda de visão no namorado ao jogar água quente é presa em Mato Grosso do Sul

O crime ocorreu no último dia 2 de fevereiro, quando o homem foi convidado para um jantar de reconciliação na casa da agressora

Da redação

Uma mulher foi presa nesta terça-feira (18) em Anastácio, a 134 quilômetros de Campo Grande, após ser acusada de agredir o namorado com água fervente, resultando em graves queimaduras e na perda de visão da vítima. O crime ocorreu no último dia 2 de fevereiro, quando o homem foi convidado para um jantar de reconciliação na casa da agressora.

De acordo com informações da polícia, o homem sofreu queimaduras no rosto, no olho direito e no tórax após a agressão. Após ser ferido, ele conseguiu correr até a casa de sua avó, onde recebeu os primeiros socorros.

A família acionou o Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), e o rapaz foi transferido para a Santa Casa de Campo Grande, onde seguiu o tratamento.

A mulher foi presa após o cumprimento de um mandado de prisão, sendo levada à delegacia para prestar depoimento. O crime gerou grande repercussão, especialmente pelo caráter brutal da agressão, que deixou a vítima com sequelas graves.

A Polícia Civil segue investigando o caso, e a mulher deve responder pelos crimes de lesão corporal grave.



Reprodução

DENÚNCIA FORMAL

Militares de MS são denunciados por integrar Organização Criminosa com Bolsonaro

A denúncia, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), faz parte de uma investigação mais ampla que envolve o ex-presidente e outras 33 pessoas, incluindo militares de alto escalão como Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro

Da redação

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou uma denúncia formal contra dois militares de Mato Grosso do Sul, acusados de integrar uma organização criminosa liderada por Jair Bolsonaro (PL), com o objetivo de articular um golpe de Estado em 2022. A denúncia, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), faz parte de uma investigação mais ampla que envolve o ex-presidente e outras 33 pessoas, incluindo militares de alto escalão como Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

O coronel Bernardo Romão Corrêa, ex-comandante do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada em Bela Vista (MS), é um dos principais

denunciados. Romão é acusado de articular uma reunião secreta com membros das Forças Especiais do Exército e divulgar uma carta destinada a pressionar o comando do Exército a apoiar a proposta de golpe. As mensagens trocadas com Mauro Cid e outros militares foram citadas pelo PGR, detalhando a trama que visava desestabilizar o processo eleitoral.

Além de Romão, o major Sérgio Ricardo Cavalière de Medeiros também está envolvido na articulação, sendo citado como participante ativo na organização do golpe. Cavalière, que já havia sido processado por dívidas de IPTU em Campo Grande, confirmou em depoimento à Polícia Federal que Bolsonaro estava ciente do plano e deu seu aval para a ação golpista.

Outro militar de MS, o general de brigada Laércio Vergílio, também é mencionado na denúncia, mas será alvo de uma ação penal separada. Ele, assim como os outros envolvidos, pressionava o comando do Exército para que se alinhasse ao movimento golpista.

Essas acusações refletem o aprofundamento das investigações sobre os atos de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Bolsonaro invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

O caso segue sendo apurado pelo STF e pela Polícia Federal, com novas repercussões para os envolvidos.

Reprodução

VEJA

Juiz de Mato Grosso do Sul recebe salário tríplice em relação ao ministro do STF

Esse montante, que ultrapassa o dobro do salário do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, coloca o Tribunal de Justiça de MS entre os três tribunais que pagam os maiores salários do País.

Da redação

Em uma revelação que chama atenção para os privilégios no funcionalismo público, um juiz estadual de Mato Grosso do Sul (MS) teve um salário líquido médio de R\$ 98,2 mil em 2024, valor que é mais de três vezes o que recebe um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o teto do funcionalismo público no Brasil. Esse montante, que ultrapassa o dobro do salário do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, coloca o Tribunal de Justiça de MS entre os três tribunais que pagam os maiores salários do País.

O levantamento, publicado pelo portal Uol, mostra que o salário médio de um juiz do TJMS em 2024 foi de R\$ 98,2 mil, ou R\$ 1,276 milhão por ano. Esse valor inclui o salário base somado aos chamados “penduricalhos”, ou benefícios adicionais. O TJMS ocupa a terceira posição entre os tribunais brasileiros, atrás apenas do TJMG (Minas Gerais), que paga R\$ 123,3 mil, e o TJMT (Mato Grosso), com R\$ 110,3 mil. O valor pago a um juiz estadual do MS supera até mesmo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o maior estado do País, onde o salário médio é de R\$ 79,9 mil.

Em comparação com os salários dos ministros do STF, que receberam R\$ 30,9 mil líquidos, os juizes de MS ganham 217,7% a mais. Além disso, o juiz estadual tem direito a dois meses de férias por ano, enquanto os demais trabalhadores têm direito a apenas 30 dias.

A discrepância nos salários de magistrados em comparação com o restante da população tem gerado discussões sobre os altos custos do Judiciário no Brasil e a disparidade de benefícios entre as diferentes categorias do funcionalismo público.

Reprodução

“PENDURICALHOS”

Chefe do MPMS recebe R\$ 4,7 mil em diárias para defender supersalários em Brasília

O PGJ recebeu R\$ 4.766,12 em diárias para essa viagem, a qual foi justificada como uma “reunião para tratar de assuntos institucionais” relacionados à proposta que visa restringir o pagamento de benefícios extras

Da redação

O Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul (MPMS), Romão Ávila Milhan Júnior, foi a Brasília no final de 2024 para pressionar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, que visa limitar a criação de “penduricalhos” e, consequentemente, impedir o pagamento de supersalários aos membros do Ministério Público. O PGJ recebeu R\$ 4.766,12 em diárias para essa viagem, a qual foi justificada como uma “reunião para tratar de assuntos institucionais” relacionados à proposta que visa restringir o pagamento de benefícios extras.

Romão, junto com o assessor especial Leonardo Dumont Palmerston, que recebeu R\$ 2.829,90 em diárias, e o ex-chefe do MPMS, Alexandre Magno Benites Lacerda, esteve em Brasília para tentar influenciar a votação da

PEC, que limita o poder dos órgãos autônomos, como o MPMS, de criarem benefícios financeiros extras aos seus membros.

Em uma publicação oficial, o MPMS defendeu que a proposta poderia prejudicar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, além de desestruturar as carreiras no setor.

A PEC, agora aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional, propõe que somente leis complementares federais possam criar verbas extras para servidores, excluindo a possibilidade de os próprios órgãos autônomos como o MPMS decidirem sozinhos sobre penduricalhos. Isso impõe um controle maior sobre o teto salarial do funcionalismo público, que atualmente é de R\$ 46.366,19.

Além disso, um levantamento recente revelou que membros do MPMS frequentemente recebem salários muito acima do teto, como o caso de um promotor que recebeu R\$ 181,5 mil em agosto de 2024. A gestão de Romão também está envolvida na criação de novos “penduricalhos”, como o adicional para “serviços de natureza extraordinária”, aprovado recentemente pelo Conselho de Procuradores.

Apesar dos esforços do MPMS para derrubar a PEC, ela foi aprovada, com a previsão de que somente verbas indenizatórias poderão superar o teto salarial, desde que estejam previstas em lei complementar nacional, impactando diretamente a criação de benefícios extras nos órgãos autônomos. O MPMS ainda não se pronunciou oficialmente sobre as diárias recebidas por Romão.

Reprodução



VEJA

Ex-diretor de presídio condenado por desvio de salários de detentos é nomeado na Agepen em MS

Ele foi condenado a 10 meses e 20 dias de reclusão, com pena substituída por prestação de serviços à comunidade.

Da redação

Leoncio Elídio dos Santos Junior, ex-diretor do presídio de Ivinhema, foi nomeado nesta quarta-feira (19) para um cargo na Agepen-MS (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul), apesar de ter sido condenado em dezembro de 2024 por peculato, após desviar salários de detentos. Ele foi condenado a 10 meses e 20 dias de reclusão, com pena substituída por prestação de serviços à comunidade.

A nomeação foi feita pelo Diretor-Presidente da Agepen, Rodrigo Rossi Maiorchini, e publicada no Diário Oficial do Estado. Leoncio assumirá a função de “Assistente II”, Secretário-Executivo do Conselho de Classificação e Tratamento (CCT) e Secretário-Executivo do Conselho de

Administração (CAP) da Agepen.

De acordo com a Agepen, a nomeação não teve relação com as funções que Leoncio desempenhava na Polícia Penal, e as investigações relacionadas ao presídio não constatarem irregularidades. A instituição também afirmou que a Corregedoria só é notificada após o trânsito em julgado da sentença.

Leoncio foi afastado do cargo em julho de 2023, após ser investigado por desviar lucros da cantina do presídio e não repassar aos detentos a remuneração de atividades laborais, além de falsificar documentos públicos para encobrir os desvios. Ele chegou a fazer um acordo de não persecução penal com o Ministério Público Estadual (MPMS)

Reprodução



Inovally e consórcio registram ata de R\$ 42 milhões e licença no valor de R\$ 600 mil; transação levanta suspeita

Da redação

Reprodução



Após pesquisa de preços sobre softwares comercializados em todo o mundo, a reportagem constatou que o software oferecido pela empresa Inovally está entre os mais caros do planeta. O Brasil Notícia e MTPOPULAR1 investigam suposto esquema envolvendo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Inovally. Coincidência ou não, um item de uma ata registrada em 2015 pelo TCE-MT tem como objeto 14 licenças de propriedade da empresa.

PG.11

Desembargador Orlando Perri apura denúncias de tortura na Penitenciária Central do Estado (PCE)

Reprodução

Além das denúncias de tortura, Perri também se posicionou sobre outra questão polêmica: o fechamento dos mercadinhos dentro dos presídios, medida decretada pelo governador Mauro Mendes (UB)

PG.10



VAI EXPLODIR!



Garimpeiro “Poderoso” ameaça sitiantes em região entre cuiabá e chapada dos Guimarães: Terrenos Vendidos a Preço de Banana

A redação do Brasil Notícia, em Brasília, recebeu uma denúncia alarmante sobre o comportamento de um influente garimpeiro, conhecido na região como “o homem do metal” ou o “chefão todo poderoso”, que está aterrorizando sitiantes da região de Faturinha, município de Cuiabá, localizado entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães. De acordo com informações que chegaram à nossa redação, os sitiantes estão sendo forçados a vender seus terrenos, essenciais para o sustento de suas famílias, a preços extremamente baixos, “a preço de banana”, como descrevem as vítimas.

O homem de poder, que controla o garimpo e suas atividades, está despejando rejeitos de minério nas terras dos sitiantes, criando um ambiente insustentável para as famílias que vivem da agricultura local. Os relatos indicam que, além do despejo de rejeitos, os sitiantes estão sendo pressionados e ameaçados com violência física e psicológica. Em muitos casos, eles estão sendo intimidados com o uso de pistoleiros e jagunços armados, sob a ameaça de apreensão de máquinas de trabalho e de pesadas multas ambientais.

A situação é tão grave que, segundo os relatos, o garimpeiro está afirmando que, caso os sitiantes sejam multados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), eles não serão capazes de arcar com os custos, e por isso se veem obrigados a vender suas terras.

O clima de medo é palpável entre os sitiantes, que se sentem amedrontados e sem alternativa. Muitos deles, que não têm condições de enfrentar as ameaças, estão sendo forçados a se retirar e a vender suas propriedades, deixando para trás o que restou de suas vidas e de seus meios de sustento.

Em uma investigação feita pelo Brasil Notícia em parceria com o site Popular MT1, foi constatado que o domínio do “homem do metal” se estende por toda a área, impactando diretamente as famílias que vivem na região. A situação é tão crítica que, segundo informações locais, ele estaria utilizando os sitiantes para lavar e moer as pedras do garimpo, a fim de recolher o metal precioso.

A comunidade local está clamando por justiça, e as autoridades competentes, incluindo o Ministério Público Estadual, a Polícia Federal e a Receita Federal, foram alertadas sobre o caso, que envolve sérias acusações de abuso de poder, ameaça e coação. A situação é tão delicada e grave que está chamando a atenção para as condições de vida dos sitiantes, que temem por suas vidas e o futuro de suas famílias.

Fique atento à próxima edição, que trará a reportagem completa sobre este caso, revelando os desdobramentos dessa história de opressão e luta pela sobrevivência na região.

EM INVESTIGAÇÃO

Desembargador Orlando Perri apura denúncias de tortura na Penitenciária Central do Estado (PCE)

Além das denúncias de tortura, Perri também se posicionou sobre outra questão polêmica: o fechamento dos mercadinhos dentro dos presídios, medida decretada pelo governador Mauro Mendes (UB)

Da redação

O desembargador Orlando Perri denunciou a prática de tortura contra pessoas privadas de liberdade nos presídios de Cuiabá, mais especificamente na Penitenciária Central do Estado (PCE). Durante uma entrevista, Perri afirmou que todas as denúncias estão sendo rigorosamente apuradas e que, caso as alegações se comprovem, os responsáveis serão punidos de acordo com a lei.

“Nós temos relatos e estamos apurando casos de tortura aqui em Cuiabá, na Penitenciária Central do Estado. Vamos responsabilizar aqueles a quem recai a custódia dos presos.

Se for verdadeiro o fato que estamos investigando, vamos punir com rigor os torturadores”, destacou o desembargador, reafirmando seu compromisso com a aplicação da lei.

Além das denúncias de tortura, Perri também se posicionou sobre outra questão polêmica: o fechamento dos mercadinhos dentro dos presídios, medida decretada pelo governador Mauro Mendes (UB). O desembargador foi claro ao afirmar que é “terminantemente contra” a proibição, defendendo que o fechamento pode trazer impactos negativos para a administração penitenciária.

Outro Lado

Em resposta às denúncias, a Secretaria de Estado de Justiça informou que até o momento não recebeu nenhuma denúncia formal sobre as práticas de tortura mencionadas. No entanto, o órgão estadual ressaltou que toda e qualquer denúncia que chegue ao seu conhecimento é investigada pela corregedoria da instituição, reforçando seu compromisso com a apuração de irregularidades. O caso segue em investigação, e a sociedade aguarda os desdobramentos para saber se as denúncias serão confirmadas e quais medidas serão adotadas pelas autoridades responsáveis.



Reprodução

VENDAS E COMPRAS DE DECISÕES

Afastados há 200 Dias, desembargadores continuam a receber ‘gordos’ salários enquanto são monitorados por tornozeleira

Eles são acusados de envolvimento em um esquema de venda e compra de decisões no Judiciário de Mato Grosso, mas negam as acusações.

Da redação

Após 200 dias afastados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), os desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho seguem com monitoramento eletrônico, determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Eles são acusados de envolvimento em um esquema de venda e compra de decisões no Judiciário de Mato Grosso, mas negam as acusações.

O afastamento dos magistrados ocorreu oficialmente em 2 de agosto de 2023, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas até o momento, as defesas dos desembargadores não conseguiram reverter as liminares que mantêm o monitoramento e a suspensão de suas funções.

As investigações têm como ponto central o celular do advogado Roberto Zampieri, que foi executado em dezembro de 2023.

No aparelho de Zampieri, a Polícia Federal encontrou conversas que indicam a venda de sentenças em troca de presentes e favores financeiros. Uma das mensagens revela que Ferreira Filho teria aceitado um relógio de luxo como “presente”, com um valor estimado em mais de R\$ 300 mil. O advogado chegou a mencionar que levaria o relógio para que o desembargador o avaliaria, em um diálogo sobre ações de interesse do advogado Flaviano Taques e do empresário Valdoir Slapak.

No caso de Sebastião de Moraes Filho, um dos diálogos revelados envolve negociações para arrecadar R\$ 600 mil, destinados a ele e a seu filho, o advogado Mauro Thadeu Prado de Moraes. Os registros indicam que Zampieri buscava obter influência sobre uma decisão judicial em favor do “Rei do Algodão”, o produtor José Pupin.



Reprodução

Durante as conversas, Zampieri chegou a enviar uma imagem que mostrava barras de ouro de 400g, além de solicitar os dados bancários de um dos magistrados para efetuar o pagamento. Mesmo com as acusações graves e o monitoramento, os desembargadores

continuam a receber seus salários, o que gerou críticas sobre a manutenção de seus vencimentos enquanto estão afastados das funções. A situação segue em investigação, e a população aguarda os desdobramentos do caso.

INOVALLY X TCE

Inovally e consórcio registram ata de R\$ 42 milhões e licença no valor de R\$ 600 mil; transação levanta suspeita

Essa negociação, considerada uma das mais caras do mundo, tem gerado uma série de questionamentos sobre a legalidade e a necessidade de tais aquisições, além de levantar suspeitas sobre os procedimentos que levaram a esses valores exorbitantes

Da redação

Após pesquisa de preços sobre softwares comercializados em todo o mundo, a reportagem constatou que o software oferecido pela empresa Inovally está entre os mais caros do planeta. O Brasil Notícia e MT-POPULAR¹ investigam suposto esquema envolvendo o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Inovally. Coincidência ou não, um item de uma ata registrada em 2015 pelo TCE-MT tem como objeto 14 licenças de propriedade da empresa.

A tal ata rendeu a empresa Simetria Tecnologia alguns milhões de reais à época. Até aí tudo bem. Só que não. A empresa Inovally recebeu pelo mesmo objeto, da mesma ata, a título de indenização por apenas 14 licenças, quase R\$ 40 milhões. A reportagem pôde constatar que o Tribunal de Contas vem criando jurisprudências

incríveis e posteriormente adotadas por outros órgãos.

Nosso portal detectou o registro da ata Nº 10/2023/CIDE-SAT por parte do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, cujo presidente é o prefeito de Cuverlândia, cidade distante 280 km da Capital, Jadilson Alves de Souza. Ele assinou a ata de R\$ 42 milhões que favorece a empresa Inovally, mas parece não se lembrar, pois ao ser questionado por Oliveira, repórter investigativo do Brasil Notícia, o mesmo se limitou a responder: “quem tem conhecimento disso aí é o Dario”, que até o fechamento desta edição não retornou. Disse também que estava em sua cidade e que não poderia fornecer mais informações pertinentes ao Consórcio.

Sinop já aderiu a famigerada ATA e paga pelo software que figura entre os mais caros do mundo. Roberto Dorner, prefeito de Sinop e importante figura política de nosso Estado, nem se dá conta, mas está pagando caro. Lembrando que princípios basilares da administração pública quanto a ATA de registro de preço, economicidade e vantajosidade devem ser a premissa do certame. Antes o menor preço, hoje o melhor preço. A reportagem oficiou o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso quanto aos pagamentos realizados à empresa L2 INOVA, atual INOVALLY. Vamos trazer todo material levantado pelo BN e MTPOPULAR1, revelando a negociação entre empresas que geraram prejuízo de mais de R\$ 40 milhões ao TCE, pagos na gestão de Valdir Teis e José Carlos Novelli.

Reprodução



2.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos e prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

2.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital da Licitação Pregão Presencial nº 02/2015/ICE-MT, ao Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

LOTE UNICO					
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	Licença	14	Sistema de Gestão dos Documentos	R\$ 307.590,71	R\$ 4.306.269,94
2	Mês	12	Suporte Técnico Especializado	R\$ 19.663,33	R\$ 235.959,96
3	Horas	4.900	Serviços de Manutenção Mensal Evolutiva	R\$ 339,19	R\$ 1.356.760,00
Valor Total				R\$ 5.898.989,90	

2 / 13

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO
PANTANAL

Município Concedente:
SÃO PAULO, SÃO CARLOS, CAMPINAS, JUNDIAÍ, GUARATINGUETUBA, RIBEIRÃO PRETO, OSORIO, ARARAQUÁ, MARILÂNDIA, LINS,
LIMPO NEGRE, AGUAÍMA, BOM SUCESSO, PIRAÍTIPIBA, ARAÇÓJA, ALFENEA D'EL REY, MOGI DAS CRUZES, MARIKÊ, SAJÃO.
E-mail: consorcio@nascimentos.org.br ou ntlto - www.consortiomunicipalorg.br - CNPJ
06.743.130/00-97

	1.600 (mil) horas de consultoria especializada – Módulo 2		Serviço	R\$ 495.980,00	R\$ 8.969.972,60
--	---	--	---------	----------------	------------------

TOTAL GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNIT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3.1	Servico em tecnologia da informacao e comunicacao (TIC)*	12.750	UST	R\$ 292,50	R\$ 2.561.875,00

TOTAL GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNIT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4.1	Servico em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados	14	Serviço	R\$ 615.596,557	R\$ 8.618.378,796

Total dos Serviços Propostos

					R\$ 42.000.000,00
--	--	--	--	--	-------------------

1.3. Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referência do Edital Pregão Presencial N° 06/2023, parte integrante desta Ata.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ATA de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
1.1	Solução tecnológica – Módulo 1	14	Licença	R\$ 690.000,00	R\$ 9.660.000,00
1.2	1.000 (mil) horas de consultoria especializada – Módulo 1	14	Serviço	R\$ 480.990,40	R\$ 6.733.865,60

ed.: Avenida Bergson, nº 457, Bairro Jd. Popular I - Fone: 65 3251-1918

ENTENDA

Senador Wellington Fagundes critica encontro entre prefeitos e Governo Federal: “Desapontamento e Desilusão”

O evento, que tinha como objetivo ampliar os investimentos locais e fortalecer o Pacto Federativo, não conseguiu atender às expectativas dos participantes, segundo o parlamentar de Mato Grosso

Da redação

Reprodução

O encontro promovido pelo governo federal entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e prefeitos de primeiro e segundo mandato, realizado na semana passada, tem gerado discussões acaloradas, especialmente por parte do senador Wellington Fagundes (PL). O evento, que tinha como objetivo ampliar os investimentos locais e fortalecer o Pacto Federativo, não conseguiu atender às expectativas dos participantes, segundo o parlamentar de Mato Grosso.

Fagundes, que acompanhou de perto as reações dos prefeitos, acredita que a reunião resultou em um saldo negativo. De acordo com o senador, os prefeitos que participaram do evento saíram frustrados e desiludidos.

“Eles gastaram recursos públicos para participar de um encontro que, no fim das contas, não gerou nenhuma parceria concreta ou avanço significativo”, afirmou Fagundes, criticando a falta de resultados práticos para os municípios.

O Governo Federal, por sua vez, justificou a realização do encontro, destacando que a reunião visava ampliar as possibilidades de investimentos federais e oferecer capacitação aos prefeitos sobre programas e ações voltadas à captação de recursos.



No entanto, a avaliação do senador mato-grossense não corrobora essa visão. Segundo ele, a promessa de apoio efetivo e concreto não se concretizou durante o evento.

A reunião, que durou três dias, envolveu prefeitos de diversas regiões do país e discutiu, entre outros temas, formas de estreitar a relação entre os municípios e o governo federal, além de promover o fortalecimento do Pacto Federativo. No entanto, a crítica de Fagundes reflete o descontentamento de muitos prefeitos, que não viram avanços significativos em termos de acordos ou ações que beneficiassem suas administrações locais.

A repercussão negativa do evento abre um debate sobre a efetividade dos encontros promovidos pelo governo federal com os gestores municipais, e o impacto real dessas iniciativas no desenvolvimento local. Para os prefeitos, que frequentemente enfrentam dificuldades financeiras e administrativas, a expectativa de parcerias concretas e investimentos diretos é um tema crucial, que parece ter ficado distante da realidade durante o encontro. Enquanto o governo federal defende os benefícios do evento, com a promessa de futuras parcerias e capacitações, o cenário descrito pelo senador Wellington Fagundes sugere que a relação entre os gestores municipais e o governo ainda carece de avanços significativos para que se reflita em benefícios reais para os cidadãos.

EXPEDIENTE

BRASILNOTÍCIA

MATO GROSSO

CRISTINA MORAES
DIRETORAMAX GSM NETWORK
SERVIÇOS EM PORTAIS
E INFORMAÇÃO NA
INTERNET LTDA

RUA: Luiz Antonio de Figueiredo, 490 - sala 01 | Jardim Petrópolis 65-98118-4944